

ECOS KARARAÔ – NOSSO AÇOUGUE É O MATO, NOSSO MERCADO É O RIO: CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Echos Kararaô – bush is our butcher, our market is the river: consideration about the construction of the Belo Monte hydroelectric

Kararaô ecos – le boucher et tuer notre, notre marché se trouve la rivière: considérations pour le Monte Belo hydroélectrique

Sheila Castro¹
Eliaquim Timóteo da Cunha²
Ivaneide Bandeira Cardozo³
Luís Carlos Maretto⁴
Adnilson de Almeida Silva⁵

Resumo

Este artigo objetiva apontar alguns aspectos da participação de diversas etnias indígenas e comunidades tradicionais nos embates que envolvem os governos em suas esferas federal, estadual e municipal. Visa também evidenciar a questão dos acordos comerciais e a implantação de mais um dos empreendimentos de grande porte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que proporcionará grandes impactos ambientais e étnicos para as populações que estão dentro e no entorno da área afetada diretamente pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte - UHBM, no Estado do Pará. O discurso do progresso proferido pelos defensores da hidrelétrica confronta-se com os contextos e objetivos das comunidades que não visualizam os benefícios oriundos do empreendimento, estes indicadores de grandes transformações nos modos de vida, visto que a relação intrínseca com o rio será definitivamente rompida e a nova realidade se sobreporá em seus territórios, de modo que algumas de suas práxis existenciais não poderão ser realizadas em virtude da implantação da UHBM.

Palavra-chave: Amazônia; Bel Monte; Comunidades; Desenvolvimento; Discurso.

Abstract

This article aims to point out some aspects of the participation of several indigenous groups and traditional communities in conflicts involving governments in their federal, state and municipal levels. It also aims to highlight the issue of trade agreements and the deployment of more of the big enterprises of the Developments Acceleration Program (PAC), which will provide major environmental impacts and to ethnic populations who are in and around the area directly affected by the Belo Monte Hydroelectric Plant - UHBM, State of Pará. The speech delivered by the advocates of progress of the dam is faced with the contexts and goals of the communities that do not see the benefits of the project, these indicators of major changes in style of life, since the intrinsic

¹ Geógrafa. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: sheila1705@gmail.com

² Cientista social. Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: cunha.antropologia@gmail.com

³ Licenciada em História. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: ivaneide@kaninde.org.br

⁴ Engenheiro Florestal. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: lcmaretto@gmail.com

⁵ Geógrafo. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: adnilsonn@gmail.com

relationship with the river will definitely be broken and the new reality in their territories overlap, so that some of their existential praxis cannot be performed due to the deployment of UHBM.

Keywords: Amazon; Belo Monte; Communities; Development; Speech.

Resumé

Cet article vise à montrer certains aspects de la participation de plusieurs groupes indigènes et des communautés traditionnelles dans les conflits impliquant les gouvernements dans leurs niveaux fédéral, d'état et municipal. Il vise également à mettre en évidence la question des accords commerciaux et le déploiement de plusieurs des grandes entreprises du Programme Accélération de la Croissance (PAC), qui va provoquer grandes impacts environnementaux et aux groupes ethniques qui se trouvent dans la zone directement touchés par la Barrage Hydroélectrique de Belo Monte - UHBM, État du Pará. Le discours du progrès prononcé par les partisans da la barrage est confronté à des contextes et des objectifs des communautés qui ne voient pas les avantages du projet, ces indicateurs de et les changements dans les modes de la vie, puisque la relation intrinsèque avec la rivière sera définitivement rompu et la nouvelle réalité dans leurs territoires se chevauchent, de sorte que certains de leurs praxis existentielle ne peut pas être effectuée en raison du déploiement de UHBM.

Most-clés: Amazonie; Belo Monte; Communautés; Développement; Discours.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A questão que nos suscitou a elaboração do presente artigo teve seu início o processo para construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHBM, no município de Altamira, no Estado do Pará, com diversos debates e diante de um resultado de pouca compreensão e eivada de inúmeras dúvidas das comunidades que serão diretamente atingidas e organizações não governamentais contrárias ao empreendimento, em contraste com o posicionamento de certeza dos organismos públicos favoráveis à execução.

Em tal contexto, situamo-nos a respeito de decisões tomadas por grupos da etnia Jê, contra a construção de tal empreendimento. Para tanto, temos como **objetivos** discutir algumas questões que entendemos como pertinentes: a) as comunidades que serão diretamente afetados serão levadas em consideração pelos empreendimentos?; b) Quais atitudes essas comunidades procuraram realizar para que sejam ouvidas?; c) É possível observar de que forma esse novo contexto afeta a organização cosmológica dessas comunidades?

Procuramos o estabelecimento de diálogos teóricos sobre contato interétnico que apontam as organizações dos grupos indígenas e suas ações coletivas referentes à construção de Belo Monte. Desta maneira, as análises são suscitadas das narrativas das etnias presentes nos dossiês, nas revistas eletrônicas, periódicos, na internet em sítios, que tratam da construção da UHBM.

A **metodologia** por nós empregada na pesquisa consistiu-se das investigações descritas pela mídia eletrônica, também reforçada em artigos disponíveis em revistas e

periódicos, em pareceres a respeito da construção da usina, em livros de teoria geográfica e antropológica. Assim, trata-se de uma pesquisa documental e teórica, com leituras que nos possibilitaram a capacidade de escrever sobre o assunto tão “imediato” e “antigo” quanto este. Colocamos em aspas o “imediato”, pois, diz respeito à atualidade, ao agora, em decorrência da mídia e outras formas de publicação ter em relação ao entendimento e posicionamento de como são ouvidos essas populações atingidas diretamente com a construção dessa usina.

O mesmo contexto dado ao conceito “antigo”, deriva do fato da referência e existência de projetos para a Amazônia, sobretudo, a partir da década de 1960 com a implantação do sistema político brasileiro, cujo intuito consistia no processo de integração do território nacional, e culminou em “encontros de sociedades”, como assevera Galvão (1979), resultando em um processo, cujos reflexos, são sentidos na atualidade, sobretudo, relacionados à territorialidade.

Para entendermos esse processo, utilizamos como mote os ecos, visto que esses consistem na conjuntura de quem vive este 'deixar a terra querida' e 'abrir mão do seu modo de vida' para um novo que propicia, em sua maioria, o subjugo ou a destruição de etnias e comunidades tradicionais que vivem neste lugar. Esse caráter qualitativo pode ser estudado e entendido como leitura geográfica e antropológica nas diversas territorialidades amazônicas.

Em se tratando das reconfigurações e das dinâmicas sócio territoriais na Amazônia, especialmente, no que se refere à implantação de grandes projetos, como é o caso da UHBM, concordamos com a afirmação de Harvey (1978, p. 46):

[...] efeitos externos podem surgir tanto da atividade privada como da pública. Alguns dos exemplos mais simples podem ser encontrados no campo da poluição, porque os despejos supérfluos na água e no ar são exemplos clássicos de produtos adicionais, que até recentemente têm sido gratuitos e não controlados. As exteriorizações podem ser vistas como custos ou benefícios conforme o produtor ou o consumidor seja, afetado, e segundo a natureza do efeito. Uma construção de hidrelétrica, por exemplo, pode criar benefícios como o controle das águas e as oportunidades de lazer. Descargas supérfluas podem criar perdas externas através da degradação do ambiente.

O que se observa, especificamente, no caso amazônico é que a região se tornará exportadora de energia elétrica para as demais regiões brasileiras por meio das Usinas Hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira em Rondônia e UHBM que se somarão a UH de Tucuruí, como propiciadora do desenvolvimento do país.

Mesmo que a própria Amazônia receba ínfima participação dos benefícios gerados pelo empreendimento e permaneça com baixos indicadores de desenvolvimento, esta se consubstancia no contexto da (pós)modernidade como “espaço privilegiado”, onde suas “atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas por acontecimentos ou organismos distantes” (GIDDENS, 1991, p. 74). Na mesma direção, Santos (2006, p. 176) explicita que: “hoje, os instrumentos de trabalho ou poder vêm também de fora, assim como as ideias de como utilizar o espaço”.

Portanto, a realidade presente na Amazônia reflete a lógica do modelo econômico, em que o poder e as necessidades de consumo, bem-estar e desenvolvimento comandam o teatro das ações humanas num espaço acessível à expansão do capital, cujo sentido é dado pelas relações globalizantes.

UMA DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO ENERGÉTICA E SEUS EFEITOS

Ao discorrem sobre a construção do espaço e do lugar vivido pela atividade humana, Gomes (2000), Harvey (1978 e 1992), Santos (2002) e Silva (1991), entre outros autores, entendem que os homens criam, modificam e modificam seu lugar de vivência. Logo, a lógica humana reflete “a apropriação e uso daquilo que fazemos e construímos” (ALMEIDA SILVA, 2007, p. 13).

Por seu turno, as obras antropológicas de Magalhães (2009), Gallois (1994; 2001, 2004), Gordon (2000), Lopes da Silva (2004), Seeger (1993) Souza (2006) e Turner (1993), retratam em seus estudos temas como ‘cosmologia indígena’ (mais especificamente Jê), ‘etno-história’, ‘mito’, ‘história’, ‘contato interétnico’, ‘ações coletivas’, ‘mercadoria’, ‘bens de consumo’, ‘indigenização’, ‘alteridade’, ‘apropriação’, ‘índios capitalistas’. São obras que nortearam nossas explanações e interpretações nesta pesquisa.

A necessidade de compreensão das representações cosmológicas, culturais, sociais, ambientais e políticas, são oriundas das relações e do desenvolvimento das tradições existentes no interior de uma nação, cujo entendimento está contido no interior de cada comunidade, o que caracteriza nas diversidades que se encontram intrinsecamente presentificadas na identidade nacional, conforme constata Gomes (2000, p. 144-145): “a tradição, é definido como um conjunto de valores e costumes desenvolvidos ao longo da História; ele é particular a cada nação”. E, o reconhecimento que “certas tradições podem ser nocivas e mesmo impedir o desenvolvimento de uma nação”.

A nocividade descrita pelo autor é caracterizada como movimentos de resistência ao novo, ao desconhecido, porque este de fato, proporciona não somente a reconfiguração

espacial/territorial, mas, sobretudo, novas representações de mundo que são “absorvidas” em cada comunidade.

Logo, os rios, as florestas, os espaços e os territórios já não são mais os mesmos, porque adquirem outras qualificações e outros significados, o que para Santos (1986, p. 165) qualifica como “uma forma social estranha [...]. O equilíbrio antigo é desse modo rompido”. O desequilíbrio, o qual se refere o autor, diz respeito à escala de valores, em que se produzem necessidades outras e culminam em mudanças de representações simbólicas e materiais, como uma nova apreensão de visão sobre o mundo em que essas comunidades se encontram.

Não queremos dizer com isso que tais comunidades devam se petrificar no tempo, nem isoladas do restante do Planeta, até porque esse é um processo inexorável, as quais estão experimentando, mas, propiciar uma discussão que implique em menor grau de ingerência sobre o espaço, o lugar, o território em que vivem.

No caso brasileiro, o contexto socioeconômico de grandes investimentos privados e dos programas do Governo Federal, principalmente o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, que visa o incentivo o crescimento econômico juntamente com afirmação de vários acordos comerciais para geração de energia e ainda de relações internas, verifica-se que “ o debate sobre energia no início do segundo mandato do presidente Lula se aguçou, [...] anunciado com uma forte expectativa de superar o marasmo em que caiu a economia brasileira há mais de uma década...” (ROSA, 2007, p. 41).

Para que o entendimento da atual situação possa ser melhor compreendido nos serviremos das informações de Silvestre Gorgulho:

Em **1975** - Começam os estudos sobre a possibilidade de construir usinas hidrelétricas na Bacia do rio Xingu. **1980** - Com o nome de Usina de Kararaô, é concluído o inventário sobre a viabilidade técnica da construção da barragem. **1986** - É finalizado o Plano Nacional de Energia Elétrica 1987-2010 que previa a construção de 165 usinas hidrelétricas, sendo 40 na Amazônia Legal. **1988** - O DNAE aprova os estudos do inventário do rio Xingu e autoriza a Eletronorte a realizar os trabalhos de viabilidade para Belo Monte. **1989** - Em fevereiro, surge a grande polêmica sobre a usina, durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, quando a índia Kaiapó, Tuíra, pega um facão e avança sobre um diretor da Eletronorte. **1994** - Depois de muita polêmica, a Eletronorte refaz os estudos de viabilidade e diminui a área inundada e não inundação das áreas indígenas. **1998** - A Eletrobrás solicita à ANEEL autorização para realizar nos estudos de viabilidade da Usina de Belo Monte. **2000** - Eletrobrás e Eletronorte concluem os estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental. **2002** - Os estudos são apresentados à ANEEL, mas não são concluídos por decisão judicial. **2005** - O Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás a completar os estudos por meio do Decreto Legislativo nº. 75/2008. **2006** - A Eletrobrás solicita ao Ibama a abertura de processo de licenciamento ambiental prévio. Começa a ser feito o (EIA). Em março, o Ibama faz a primeira vistoria técnica na área do

projeto. **2007** - Em agosto, o Ibama realiza vistoria técnica e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir o Termo de Referência para o EIA. Em dezembro, o Ibama emite o Termo de Referência para o EIA. **2008** - Em julho, o (CNPE) define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no Rio Xingu será o AHE Belo Monte. A ANEEL aprova a Atualização do Inventário com apenas o AHE Belo Monte na bacia do Rio Xingu. Em novembro, técnicos do Ibama realizam nova vistoria técnica na área do projeto. **2009** - Em fevereiro, a Eletrobrás entrega a versão preliminar do EIA e do RIMA. Em março, a Eletrobrás solicita a Licença Prévia. Em abril, o Ibama realiza nova vistoria técnica na área do projeto. Em maio, o EIA e o RIMA são entregues no Ibama. Em setembro, o CNPE publica portaria que indica o projeto do AHE de Belo Monte como prioritário para licitação e implantação. Em outubro, o MME publica portaria com as diretrizes para o leilão de energia da UHE Belo Monte. Em novembro, a ANEEL coloca em audiência pública a minuta do edital de Belo Monte e o MME publica portaria com a sistemática do leilão de energia da Usina de Belo Monte. **2010** - Em 6 de janeiro, o MME define prazo para Declarações de Necessidade para os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração e da Usina Hidrelétrica denominada UHE Belo Monte. Em fevereiro, o Ibama concede Licença Prévia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a Aneel aprova estudos de viabilidade da UHE Belo Monte. Em março, o Tribunal de Contas da União aprova previsão de custos para construção da UHE Belo Monte e o MME publica portaria que define a data do leilão para 20 de abril de 2010. Logo depois a diretoria colegiada da Aneel aprova o Edital do Leilão nº. 06/2009 e anexos, destinado à contratação de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte. **2011** - Em janeiro, o Ibama autorizou a instalação do canteiro de obras, mas o (MPF) no Pará questionou que as condicionantes para a concessão da licença ambiental, concedida no ano passado, ainda não haviam sido cumpridas. Assim, a Justiça federal cassou a licença de instalação da obra por meio de uma liminar. No início de março, a AGU derrubou a liminar, permitindo a construção do canteiro de obras. Em 7 de março, tem início as obras de acesso ao local onde será construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. **2015** - Previsão de início de operação da usina (Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2011/03/belo217.html>).

Após o esclarecimento a respeito do tema é necessário dividir a discussão em alguns tópicos. O primeiro é apontar quais populações são atingidas. O segundo é, quais são as políticas adotadas para os indígenas no que diz respeito à construção da hidrelétrica de Belo Monte. O terceiro tópico é interpretar as decisões dos Jê contra a construção e as atitudes divulgadas na imprensa. Tais considerações objetivam indicar alguns aspectos da organização dos indígenas ao enfrentarem várias instituições governamentais e empresas privadas, isto é, em relação às perspectivas dos investimentos bilionários para que o Brasil melhore sua condição econômica.

O projeto de construção foi iniciado no período da ditadura militar, era chamado *Kararaô* que significa 'grito de guerra'. É interessante observar as “ondas”, isto é, as

repercussões sobre a UHBM são manifestadas por dois grupos antagônicos: os prós e os contras à construção, que “gritam” e disputam seus interesses. Frente a tantos protestos contra a empreitada da construção, tornou-se incoerente manter o nome original, o projeto passou a ser chamado de “Belo Monte”. Denominação esta mais agradável e menos suscetível a atitudes reivindicatórias contra o belo monte. Os “gritos de guerra” ecoam há mais de quatro décadas.

Aqui é necessário registrar que os contrários ao projeto, nominam o empreendimento como “Belo Monstro”, em decorrência dos possíveis impactos sociais, ambientais e ambientais que serão produzidos em razão da nova reconfiguração e dinâmica territorial⁶.

A necessidade de organização espacial adequada às comunidades afetadas pelo empreendimento é uma das discussões que está em evidência. Entendemos que o processo de organização espacial afeta as mais diversas comunidades, logo são imprescindíveis que essas tenham o conhecimento necessário sobre a estruturação e como podem sofrer menores consequências do empreendimento da UHBM. A elucidação dessa questão é apontada por Harvey (1978, p. 75) ao inferir que:

[...] Há várias forças naturais que contribuem para a organização territorial de um sistema urbano: grupos étnicos e de parentesco, comunidades com sistemas de valores abertos, indivíduos com ideias similares sobre a qualidade do ambiente urbano [...] Uma organização “adequada” pode contribuir bastante para minimizar o conflito e maximizar a eficiência e coerência do grupo. Se podemos ou não chegar a tal organização do espaço, e de um modo ou de outro facilitar o alcance dos objetivos sociais, depende muito de que possamos descobrir o que significa “adequado”.

Após a reabertura da democracia brasileira ocorreram várias manifestações contra a construção de UHBM, a mais conhecida se deu com o protesto da indígena Tuíra Kaiapó que de posse de um facão ameaçou o então presidente da ELETRONORTE, José Antônio Muniz Lopes, durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu em fevereiro de 1989. No Governo Lula, Belo Monte foi retomada, com vigor, o projeto da UHBM cujo escopo objetiva:

[...] por meio deste empreendimento, o governo acrescentará pouco mais de 11 mil megawatts (MW) de capacidade instalada à matriz energética nacional. Com essa potência, Belo Monte será a segunda maior hidrelétrica

⁶ Na fase primária de construção da UHBM, alguns impactos ocasionados em sua área de influência podem ser percebidos, tais como: especulação imobiliária, incremento populacional, ocupação urbana desordenada, aumento da violência, demanda por serviços públicos (educação, saúde e segurança), entre outros, com variados e distintos níveis, o que torna ainda mais complexo o processo de governança da região, carente de infraestruturas. Esses impactos, indubitavelmente, serão ampliados e serão somados a outros nas fases de construção e pós-construção do empreendimento.

do Brasil, l, atrás apenas da usina Itaipu binacional, administrada pelo Brasil e o Paraguai, com 14 mil MW de potência. [...] propiciar uma nova fonte de energia elétrica importante para apoiar o crescimento econômico e demográfico do país, a usina de Belo Monte também melhorará as condições de vida das comunidades locais [...] (MME, 2011, p. 1).

Contudo é necessário demonstrar que a diversidade cultural representada por populações indígenas e tradicionais será atingida de forma direta e indireta com a construção do empreendimento, com consequentes alterações em seus modos de vida e em sua relação de territorialidade, notadamente para os indígenas:

[...] que habitam à Volta Grande do Xingu - Juruna do Paquiçamba, Arara da Volta Grande - e os Juruna do Km. 17 [...] povos indígenas que habitam às margens do Rio Xingu, acima da Volta Grande – Asurini do Koatinemo, Araweté, Parakanã; e às margens do Rio Iriri – Arara, Arara de Cachoeira Seca, Kararaô. [...] Índios citadinos [...] Xikrin do Bacajá, [...] Xipaya e Kuruaya que habitam acima de Cachoeira Seca, respectivamente às margens do Rio Iriri e de seu tributário o Rio Curuá [...] e as famílias indígenas Xipaya, Kuruaya, Juruna, Arara, Kayapó, etc. Como também a população ribeirinha em geral, que habitam em localidades diversas (Garimpo do Galo, Ilha da Fazenda, Ressaca, etc.) [...] (MAGALHÃES, 2009, p. 62-63).

Para estes a questão, "energia", principalmente a gerada por hidrelétricas, suscitam controvérsias e fricções, em virtude de envolver muitas questões e interesses, que não são única e exclusivamente econômicas, mas também de ordem cultural, social, política e ambiental, marcadas por diferentes atores sociais como indígenas, ribeirinho, agricultores, empreendedores, organismos governamentais, organizações da sociedade civil, entre outros com maior ou menor poder de pressão política.

Neste sentido, o poder estatal detém o *status quo* de promover o desenvolvimento, pressionado por demandas da sociedade nacional, posicionando-se à frente dos empreendimentos em parte financiado pelos capitais nacional, internacional e recursos públicos, conforme descreve D'Almeida (2008, p. 60):

[...] o modelo estatal das grandes hidrelétricas compreende o período que vai da década de 60 aos anos 90, época em que foram criados o Ministério de Minas e Energia - MME (1960) e a Eletrobrás (1962), portanto existindo condições para estatização do setor. O Presidente Juscelino Kubitschek, dando continuidade a Revolução Industrial brasileira, iniciada nos anos 30 pelo então Presidente Getúlio Vargas, implementou durante o seu governo, na década de 60, o chamado Plano de Metas que tinha entre suas prioridades o investimento no setor energético. Quase a metade do orçamento global do Plano de Metas foi absorvido pelo setor energético e cerca de metade deste para energia elétrica [...].

Destarte, encontram-se no cenário regional questões econômicas, ambientais e populações que exercem uso tradicional de seus territórios, em que estes constituem como parte integrante de sua organização cosmológica. As alterações dos territórios e lugares resultam em desequilíbrio na organização das comunidades, uma vez que ocorrem

transformações no uso do solo e nos recursos necessários à sobrevivência de tais populações, conforme afirma Silva (1991, p. 16-17):

[...] A superfície do solo e suas camadas sucessivas são representadas por um reservatório e tubos de vidro, nos quais o nível da água é programado para corresponder às temperaturas das camadas do solo. O fluxo de calor latente, por poços de expansão adequadamente colocados. Por isso, o projeto é um ato político e cultural. Político, porque toam decisões sobre seu modo de vida, assim como cria instituições que são regulamentadoras de sua existência. Cultural, porque cria o conjunto das propriedades sociais que dão significado simbólico à existência humana, como arte, religião, ciência, literatura, teatro, etc. O conjunto das criações humanas são valores, diferentes dos valores naturais, porque são realizados para atender a necessidades sociais. A existência humana é, então, uma negação da existência natural, como expressão de uma contradição que o homem só supera quando reencontra a natureza em si mesmo. Esse reencontrar a natureza em si mesmo não pode ocorrer sem a consciência do seu ser espacial.

Essa constatação do autor é verificada como a mudança do uso tradicional do lugar e do território que perpassa o uso material, visto que ele – o território - é formado por uma rede complexa de símbolos construídos pelos homens para sua existência, com suas respectivas representações e significados. O nível de compreensão infere na égide que cada cultura constrói para si e como se representa em relação às demais culturais, como preconizado por Gomes (2000, p. 32):

[...] A razão humana não é universal, ou pelo menos ela não possui sempre a mesma natureza, as mesmas manifestações e a mesma forma. A razão concebida pelos racionalistas é um valor e a atribuição deste valor é interpretada como produto de uma fé, a fé na razão. Se existe alguma coisa de geral na humanidade, trata-se justamente desta capacidade de atribuir valores às coisas, mas o sentido, a direção e a amplitude desta atribuição são sempre relativos e particulares a cada período e a cada cultura.

Logo, essas populações possuem e são dotadas de valores essenciais, nas quais a permanência das representações simbólicas e significados são os indicadores de modo de vida, com o sentido de pertencimento onde habitam, conforme delinea Gallois (2004, p. 40) que “o território não é uma noção que remete apenas ao espaço físico, mas sobretudo a concepções cosmológicas”, e por isso produzem estratégias necessárias de resistência ao novo e ao desconhecido que poderá influenciar negativamente no modo de ser e sentir-se como população. Isto, porque o novo e o desconhecimento, para as populações indígenas e tradicionais, transportam em si outros valores, outros significados e outras representações que confrontam com a forma de como percebem, sentem e vivenciam seu mundo.

Nessa constatação exposta sobre as reconfigurações e ressignificados marcados pelas dinâmicas socioespaciais, conduziu-nos a reflexão de que os projetos em implantação na Amazônia correspondem a “reunião dialética de fixos e de fluxos; o espaço como conjunto

contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais” (SANTOS, 1996, p. 110).

Tal situação é percebida, sentida e está relacionada a gama de interesses sobre a ocupação e uso da terra, que revela as contradições produzidas espacialmente e implica nas relações de poder econômico e político sobre o território amazônico, dentro da lógica do modelo de desenvolvimento implantado na região, conforme Loureiro (2010, p. 506):

Pode-se identificar duas lógicas ou racionalidades distintas que orientam e movem segmentos da sociedade brasileira com posições e interesses antagônicos frente à terra indígena: uma racionalidade desenvolvimentista, de caráter exclusivamente econômico, que visa o mercado e a geração do lucro individual, já que a terra é considerada como um simples recurso natural sujeito à exploração; e uma outra, de natureza comunitária, que valoriza os direitos humanos, respeita a pluriculturalidade da Nação brasileira e entende a terra indígena como lugar de vida e cultura [...] na Amazônia, projetos de impacto sobre culturas indígenas são considerados como prioritários, porque portam consigo a mensagem do progresso e do desenvolvimento.

Do encontro entre o modo de vida e a sociedade envolvente⁷ nacional, os indígenas montaram estratégias e deram respostas quanto à utilização instrumentos ou bens de consumo sem abandonarem suas identidades, o que caí por terra a ideia, que o indígena ao utilizar um veículo, televisão, dinheiro entre outras coisas do “mundo do branco”, deixem de serem indígenas, conforme corrobora Souza (2006), a respeito de ‘aquisição de elementos no exterior’, visto que na “mitologia Jê contribui com a ideia da constituição da sociedade humana dependente da aquisição de elementos no exterior”.

Ao abordar sobre o exterior, entende-se o conjunto de relações sociais, políticas, econômicas, como fatores que direta ou indiretamente incidem sobre as populações indígenas que estão vivenciando as mudanças em sua imediaticidade. Esse contexto teórico é exposto por Gomes (2000, p. 33):

Os fatos devem ser interpretados a partir de suas expressões, isto é, através da totalidade de suas mensagens. Esta expressão não é sempre imediatamente compreendida e devemos desenvolver meios para a interpretação, fazendo uso de todos os elementos possíveis para desvendar o sentido profundo de um fato. Desta maneira, nesta concepção, a ênfase fundamental se situa no conteúdo do fenômeno. O saber é uma função da sensibilidade da interpretação, e não propriamente da forma para se conseguir isso.

Mediante essa consideração, outra questão fundamental ocorre por meio da “ação coletiva” dos Jê em apropriarem-se de elementos do exterior e mostrarem a relação desses

⁷ Sociedade envolvente nacional corresponde aos atores sociais não indígenas, que podem ser do entorno ou de regiões distantes que exercem alguma forma de “pressão” sobre territórios indígenas. Pode ser ainda entendida como portadora de valores, modos de vida, processos de desenvolvimento, relações ambientais e outras variáveis, cujas representações são distintas dos indígenas.

com seus valores cosmológicos, que por sua vez, estabelecem alianças com outras etnias, com populações tradicionais (ribeirinhos, pescadores, entre outros), com ONGs e movimentos sociais com objetivo de impedir a construção da UHBM ou em buscar compensações e alternativas mitigadoras dos efeitos que serão causados às comunidades.

O sentido de coletividade é resultante dos valores cosmológicos adquiridos e da própria pertinência às territorialidades, nas quais os indígenas relacionam-se em seu mundo, podendo ser compreendida na afirmação dada por Seeger (1993, p. 441):

[...] homens Suiás participaram da captura de um pequeno avião, mantiveram reféns para obter garantias de terra, parece seu mito de origem. Mais uma vez uma ação coletiva obtém algo de um grupo não inteiramente social, para o bem de toda a sociedade [...] o óbvio caráter prático dos objetivos (garantia de posse da terra, colocação de um índio na direção do Parque Nacional do Xingu etc.) não pode obscurecer os paralelos básicos com a mitologia Jê, que se pode encontrar nas ações.

Em decorrência do discurso cosmológico e do modo de vida estabelecido, os indígenas procuram compreender a realidade que ora se coloca, para tanto se organizam politicamente e formam alianças com outros atores sociais, com vista à defesa de seus territórios, culturas, valores e modos de vida, conforme assinala Almeida Silva (2011, p. 253-254; 258):

A compreensão da relação que o ser humano possui com a natureza, é incorporada por suas percepções, e são atribuídos significado e ressignificado aos elementos integrantes dessa natureza, esse processo qualifica a cultura e se qualifica espacialmente perante si e perante o “mundo” [...]; Na visão do indígena como integrante do todo é que as “coisas” existentes no seu microcosmo são concebidas e entendidas como uma só “coisa” [...]. O sentido da vida tanto para os seres das águas, quanto os terrestres envolve aspectos que são compreendidos pelos códigos usuais do coletivo, em que a semiologia e cosmogonia compreendem que a existência de todos os seres é oriunda do mesmo processo e da relação com a natureza.

Esse nível de consciência sobre o mundo propicia a deliberação de manifestações advindas de parcelas de indígenas e populações tradicionais⁸ contra a construção da UHBM têm essas perspectivas ao lembrarem que setores (madeireiros, garimpeiros, posseiros, fazendeiros, entre outros atores antagônicos) da sociedade envolvente nacional se apropriaram de seus territórios, de modo que preocupa a integridade física, cultural, social, cosmológica e ambiental das gerações futuras que não terão as mesmas acessibilidades que tiveram seus parentes de gerações anteriores.

⁸ Observa-se que não unanimidade pelas lideranças dos indígenas e populações tradicionais, visto que existem divergências de opiniões quanto à aceitação ou não da construção da UHBM. As divergências ocorrem por inúmeras razões, mas parece-nos evidente que a principal delas esteja relacionada aliciamento de líderes que ao defenderem o empreendimento, indubitavelmente, entram em atrito com suas etnias e comunidades.

Essa preocupação dos indígenas, em realizar a comparação entre o mundo da sociedade envolvente e seu mundo “nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio”, expõe todo processo de contato e “expansão de seu universo político e econômico, com objetivo de garantir maior autonomia em suas relações com ‘o mundo dos brancos’” (GORDON, 2000). O marco dessas relações constitui-se em alteridades tornando-se, desse modo, a junção de encontrar-se em dois mundos distintos: o “tradicional” e o “moderno”.

Por este viés, a conjuntura demonstra a noção de organização das populações contra a construção da UHBM, refere-se à perda ou a apropriação de suas territorialidades, marcadas pela diminuição do estoque de espécies utilizadas como alimentação das distintas comunidades indígenas, e que igualmente as demais comunidades tradicionais que dependem das florestas e dos rios.

A afirmação⁹ a seguir explicita a preocupação dessas comunidades frente à realidade que ora se impõe e apresenta referências de como seus passados sofreram no processo de aproximação com a sociedade envolvente:

nós, 62 lideranças indígenas das aldeias Bacajá, Mrotidjam, Kararaô, Terra-Wanga, Boa Vista Km 17, Tukamã, Kapoto, Moikarako, Aykre, Kiketrum, Potikro, Tukaia, Mentutire, Omekrankum, Cakamkubem e Pokaimone, já sofremos muitas invasões e ameaças. Quando os portugueses chegaram ao Brasil, nós índios já estávamos aqui e muitos morreram e perderam enormes territórios, perdemos muitos dos direitos que tínhamos, muitos perderam parte de suas culturas e outros povos sumiram completamente. Nosso açougue é o mato, nosso mercado é o rio. Não queremos mais que mexam nos rios do Xingu e nem ameacem mais nossas aldeias e nossas crianças, que vão crescer com nossa cultura.

Em seu sentido mais amplo, a constatação mencionada transporta a ideia de resistência dessas comunidades indígenas em sua estratégia de sobrevivência e da busca integridade física, territorial, social, cosmológica e cultural – incluindo-se o etnoconhecimento – confirmando a constatação de Turner (1993, p. 44): “[...] cada vez mais os povos indígenas veem a afirmação de suas culturas e a manutenção de ritos e instituições sociais tradicionais como parte integral de sua resistência política à perda de terras, recursos e condições de autodeterminação [...]”.

Uma reflexão profunda sobre a afirmação “quando os portugueses chegaram ao Brasil, nós índios já estávamos aqui e muitos morreram e perderam enormes territórios, perdemos muitos dos direitos que tínhamos”, expõe as experiências do contato, em que a

⁹<http://www.blogger.com/rearrange?blogID=25480351050464978&widgetType=Text&widgetId=Text70&action=editWidget§ionId=main> .

linguagem mostra o uso da memória para atualizar o presente, agindo como sujeito que são também atuantes nas transformações das comunidades.

Logo, a contextualização serve como alerta para que tenham cuidado sobre decisões que podem significar grandes mudanças territoriais, sociais e culturais. Essa preocupação é manifesta em Turner (1993, p. 44), como:

[...] um aspecto importante deste processo tem sido o desenvolvimento de uma autoconsciência étnica e cultural [...] A partir do momento em que os povos nativos assumem uma nova importância política e teórica ao falar em seu próprio nome, como pessoas e agentes mais que como vítimas, é fundamental compreender seus padrões ideológicos e suas formas de ação coletiva [...].

Em decorrência das ameaças quanto das integridades física territorial, cultural, social, cosmológica, outras formas de protestos indígenas se inserem e com isso utilizam como ferramentas o discurso político e a constituição para defenderem e expressarem sua condição étnica. Essa questão foi aprofundada por Almeida Silva (2011, p. 259) ao afirmar que:

A conjuntura na atualidade para os indígenas envolve a concepção de sistemas de ações e valores não se restringindo às ações do grupo, como se constata, perpassa ao conjunto das ações determinadas pelos demais agentes ou atores sociais que direta e/ou indiretamente contribuem para a produção desse espaço de representação motivada pela formulação de suas representações socioespaciais, consubstanciadas pelo fator econômico, marcadas pelas relações conflituosas de poder.

Neste sentido, as palavras de Raoni, líder Kaiapó, é plena de conteúdo e sentimento simbólico, entretanto com forte teor político ao esboçar suas preocupações acerca do futuro do seu território, das comunidades que nele habitam, do uso do território, da floresta e dos rios como provedores de fonte alimentícia e de seu usufruto nas atividades cotidianas.

O contexto dado por esta liderança indígena que “não temos mais espaço. Vocês [homens brancos] já tomaram conta de todas as terras. O governo deveria deixar os índios onde os índios estão. Quero que rios e florestas fiquem para os meus netos e vou lutar por isso”, tem múltiplos significados e representações, mas fixaremos em três aspectos, que julgamos pertinentes, dado seu conteúdo:

- a) A expressão trata de apropriação de seus territórios, da cultura e das representações sobre o pretexto da “integração” dos indígenas na sociedade nacional envolvente, como também aponta horizontes de conflitos no presente e com consequências imensuráveis para o futuro, o que poderá resultar na invisibilidade da identidade e no aprofundamento da descaracterização de seus territórios. Revela ainda a ganância de atores da sociedade envolvente em formar extensas propriedades e não possuir uma relação respeitosa com a natureza, ao

contrário promove desmatamento, polui e contamina os rios, extingue animais e destrói a vida, conseqüentemente destrói a cultura e os espíritos que habitam as florestas e rios;

- b) Refere-se ao papel de guerreiro e da noção política, em que o Estado deverá promover a integridade física do território e permitir que os indígenas sejam atores de seu próprio destino, no sentido de gerenciar o espaço, porque se chegaram até o presente momento sem a tutela do Estado, são igualmente capazes de administrar suas questões internas. “O governo deveria deixar os índios onde os índios estão”, indica que eles compreendem e organizam-se politicamente juntamente com seu discurso cosmológico para defender-se;
- c) E, cristalina mente refere-se contra à construção da UHBM, visto que a perspectiva do empreendimento resultará na destruição da floresta e do rio com conseqüente diminuição do estoque de proteínas – caça e pesca – além da impossibilidade de navegação no rio e seus tributários, visto que a área de inundação será área de segurança com entrada proibida, sendo somente acessada por funcionários da UHBM. Portanto, é evidenciado que haverá restrição ao usufruto do território pelas populações indígenas e que se estende também às populações tradicionais da área de influência da UHBM.

Os três aspectos mencionados são pertinentes e intrinsecamente relacionados, sendo que o terceiro parece adquirir maior peso qualitativo ao se caracterizar como fonte de sobrevivência física dos indígenas, e pela apropriação do relevo evidenciado como problema, conforme sugere Casseti (1995, p. 33):

[...] a ocupação de determinada vertente ou parcela do relevo, seja como suporte ou mesmo como recurso, conseqüentemente responde por transformações do estado primitivo, envolvendo desmatamento, cortes e demais atividades que provocam as alterações da exploração biológica e se refletem diretamente no potencial ecológico.

Em direção semelhante ao exposto pelo autor, verifica-se que os indígenas são vistos como empecilho ao desenvolvimento do país, todavia, as questões de ordem política e econômica demandadas pelas esferas de decisões suplantam os direitos dessas populações em expressarem seus modos de vida, de modo que sofrem grandes transformações nas relações com o habitat. A construção de empreendimentos a partir da matriz hídrica redundando em uma série de conseqüências drásticas aos indígenas, conforme afirma Monteiro (2010, p. 96):

As hidrelétricas alteram desde a velocidade da água de um rio até o clima da região em que se insere. Uma única hidrelétrica numa bacia hidrográfica significa a transformação irreversível de todas as características essenciais que fazem do ecossistema a base de sobrevivência dos povos indígenas.

Esse é o “ovo da serpente”, o qual os indígenas e populações tradicionais não apenas na região de influência da UHBM tem que conviver, mas que se reflete em outras populações no Planeta que também não são imunes a esse processo avassalador.

Por outro lado, a argumentação daqueles que defendem empreendimentos relacionados à geração e à comercialização de energia hídrica sustentam que é necessário todo um investimento para garantir o desenvolvimento do país, a dinamização da economia, a geração de trabalho e renda, a melhoria da qualidade de vida da população, a geração de impostos, entre outros.

Não discordamos da argumentação que é necessário promover o desenvolvimento, mas questionamos se realmente as comunidades indígenas e tradicionais serão beneficiadas? Quais serão os passivos ambientais, sociais, políticos e econômicos para essas comunidades? Os exemplos que conhecemos na Amazônia indicam justamente o contrário, como o que ocorre com os indígenas da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, que decorridos mais de vinte anos da construção da Usina Hidrelétrica de Samuel em Rondônia, sequer receberam compensação social e ambiental ou royalties do empreendimento, aliás, grande parte das comunidades não possui energia elétrica, mesmo com a preservação e conservação dos rios e igarapés que abastecem a mencionada hidrelétrica.

Neste ponto, a questão das terras indígenas, como sugere o título do presente artigo adquire a qualidade necessária na explicação das contradições que ocorrem no país e principalmente na Amazônia, conforme demonstram Almeida Silva e Leandro (2010, p. 50):

A Terra Indígena, na concepção e visão do Estado é um espaço homogêneo, meio de produção, em que se encontram distribuídos os recursos naturais e que pode ser apropriado como é o caso da mineração; enquanto para o indígena representa um conjunto de recursos materiais, morais e espirituais com dimensões sociopolíticas e cosmogônicas, adequadas para assegurar sua sobrevivência cultural, valores e comunhão com seu modo de vida.

Logo, a inserção de hidrelétricas que influenciam diretamente terras e territórios indígenas representam profundas contradições em função de encontro de visões de mundos distintas com representações igualmente distintas sobre a natureza e seu usufruto. Os autores em sua discussão demonstram suas preocupações em relação aos projetos de hidrelétricas, porque esses são:

[...] outro elemento representativo de impactos muitas vezes irreversíveis para as populações indígenas. Destacam-se nesse cenário: o desvio dos cursos de água prejudicando a navegação; mortandade e diminuição de fontes proteicas; alterações no ecossistema através da alagação provocada pelas barragens comprometendo o relevo, vegetação, solos e a própria qualidade da água, entre outras variáveis; surgimento de vetores epidêmicos e endêmicos, e conseqüentemente modificando a estrutura socioeconômica, física, étnica, sócio-organizacional e cultural dessas populações [...] (ALMEIDA SILVA; LEANDRO, 2010, p. 51).

A preocupação contida nos discursos indígenas quanto às transformações que se desenham no cenário da área de influência da UHBM é de fato legítima, em decorrência do processo histórico que estão submetidos desde o “descobrimento” do país, sendo aprofundado na Amazônia nos dois últimos séculos, com destaque maior a partir da década de 1960 com a colonização e a implantação de grandes projetos para a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS NÃO CONCLUSIVAS

A complexidade do tema proposto e discutido no presente artigo não exaure em si mesmo, em função dos múltiplos focos de interesses que são colocados no grande cenário do espaço amazônico, com seus distintos atores sociais exercendo seus papéis políticos e econômicos na (re)definição das dinâmicas territoriais. Sem a intencionalidade de hierarquizar esses atores e sua forma de atuação, podemos situar de forma simples e aproximada, pelo menos sete grandes categorias que marcam presença nesse cenário:

- a) O poder estatal – como fomentador da necessidade de implantação de hidrelétricas na Amazônia, que financia empreendimentos às empresas ou desenvolve-os com recursos próprios, além de oferecer o suporte legal para seu funcionamento desde as licenças prévias até a geração e distribuição da energia produzida. Nesse caso, o Estado atua ainda como o promotor do desenvolvimento e mobiliza as condições estruturais para que se viabilize o acontecer dos empreendimentos. Ressalta-se que alguns setores do Ministério Público, do Judiciário, Procuradores da República, políticos e técnicos que atuam em órgãos públicos tem-se posicionado contrários, logo, não se trata de unanimidade dentro das esferas governamentais;
- b) O capital privado nacional e internacional – que constroem, financiam os empreendimentos e produzem equipamentos necessários para sua viabilização. Atua em parceria com o poder estatal, porque através das grandes obras pode auferir maior rentabilidade, adquirindo maior poder de competitividade, isto

- quando não se torna proprietário ou coproprietário de empreendimentos;
- c) A sociedade nacional envolvente, incluindo-se a local que demonstram apoio aos empreendimentos, em função de vislumbrarem possibilidades de algum tipo de benefício ou lucro (especulação imobiliária, geração de negócios, entre outras), obtenção de trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida, bem como outras possibilidades que impliquem na melhoria econômica;
 - d) A sociedade nacional envolvente, incluindo-se a local que se demonstra indiferente à discussão ou essa não lhes interessa em razão de pensarem que “a implantação” de um empreendimento hidrelétrico não atinge suas vidas;
 - e) A sociedade nacional envolvente, incluindo-se a local que são contrárias à implantação de empreendimentos, devido uma série de questões relativas aos impactos sociais, econômicos, ambientais, urbanos, entre outros, que podem ocorrer na região, causando desestruturação das mais diversas comunidades e áreas urbanas, tais como: aumento da prostituição; incremento no volume de drogas; aumento da violência; saturação nos serviços de educação; saúde; transporte; segurança; especulação imobiliária; desemprego estrutural e conjuntural na pós-construção dos empreendimentos hidrelétricos; e diminuição da qualidade de vida;
 - f) A comunidade científica, organizações da sociedade civil (ONGs) e a imprensa em geral – também dividem opiniões sobre a implantação de hidrelétricas na Amazônia, em decorrência da complexidade regional;
 - g) E, indígenas e populações tradicionais – apesar de serem direta e indiretamente atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos não possui unanimidade sobre a questão, por ser um tema novo e de difícil compreensão. Entretanto, a maioria das comunidades tem-se demonstrado contrárias à ideia, em virtude das transformações que acontecerão em seus modos de vida.

Esse pequeno esquema apresentado, como síntese, pretendeu apresentar algumas considerações sobre os eventos atuais na Amazônia, particularmente sobre a questão da construção de empreendimentos energéticos na região, que ao lado do desenvolvimento para o país carrega em seu interior as contradições do modelo econômico e da (pós)modernidade.

Nesse sentido, verifica que os indígenas e as populações tradicionais da área de influência do empreendimento da UHBM experimentam e experimentarão uma série de questões que serão cruciais contrárias a seus modos de vida, ou seja, com a perda simbólica

e física de seus territórios/lugares, recursos e bens naturais. A organização e aliança entre essas populações, através de estratégias de ação, torna-se um caminho possível para minimizar parte da problemática, além de ser um instrumento reivindicatório de seus direitos, sendo o direito à vida e à terra, os dois que nos parece como fundamentais para se garantir com sujeitos de sua história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Impactos socioculturais em populações indígenas de Rondônia**: estudo da nação Jupaú. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Rondônia.

_____. Os indígenas e as representações das águas. In: CARAMELLO, N.; CARNIATTO, I.; PINHEIRO, Z. C.; MARÇAL, M. S (Orgs.). **Amazônia**: recursos hídricos e diálogos socioambientais. Curitiba: CRV, 2011. p. 253-264.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de; LEANDRO, E. L. Questão indígena na Amazônia, a especificidade de Rondônia: algumas considerações. In: AMARAL, J. J. O.; LEANDRO, E. L (Orgs.). **Amazônia e cenários indígenas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 45-69.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1995.

DOMINGOS, J. **De Kararaô a Belo Monte, 30 anos depois Leilão da usina marca mais uma etapa numa polêmica de três décadas: quem é contra ainda acredita numa “virada”**. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,de-kararao-a-belo-monte-30-anos-depois,542607,0.htm>> Acesso em: 16 jan. 2012.

FUNAI. Procuradoria Federal Especializada. **Análise jurídica da demarcação administrativa das terras indígenas no Brasil**. Consultoria Jurídica, 2006.

GALLOIS, D. T. **Mairi Revisitada: a reintegração da fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi**. São Paulo: NHII/USP, 1994.

_____. **Contatos**. Ministério da Educação. Índios do Brasil 3. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001.

_____. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GALVÃO, E. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. v. 29.

GIDDESN, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GORDON, C. Nossas utopias não são deles: os Mebengokre (Kayapó) e o mundo dos brancos. **Sexta Feira (São Paulo)**, São Paulo, v. 26, n. Utopia, p. 126-136, 2000.

GORGULHO, S. **Hidrelétrica de Belo Monte: de Kararaô a Belo Monte: começa a construção da Usina do rio Xingu**. 2011. Disponível em: <<http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2011/03/belo217.html>> Acesso em: 16 jan. 2012.

HARVEY, D. **A Justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

INTERNATIONAL RIVERS. **Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica de Belo Monte é condenada**. 2010. Disponível em:

<<http://www.internationalrivers.org/resources/environmental-license-for-belo-monte-dam-condemned-3777>> Acesso em: 16 jan. 2012.

LOPES DA SILVA, A. Mito, Razão, História e Sociedade: interrelações nos universos socioculturais indígenas. In: LOPES DA SILVA, A.; GRUPIONI, L. D. B (Orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4 ed. São Paulo: Global/MEC/UNESCO, 2004. p. 317-335

LOUREIRO, V. R. Desenvolvimento, meio ambiente e direitos dos índios: da necessidade de um novo ethos jurídico. **Rev. Direito GV**, v. 6, n. 2, p. 503-526, 2010. [On-line] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v6n2/a08v6n2.pdf>.> Acesso em: 16 jan. 2012.

LOURENÇO, L. **Indígenas querem entregar à Dilma manifesto contra construção de Belo Monte**. 2011. Disponível em:

<<http://www.ecodebate.com.br/2011/02/08/indigenas-querem-entregar-a-dilma-manifesto-contrucao-de-belo-monte>> Acesso em: 16 jan. 2012.

MAGALHÃES, A. C. Aproveitamento hidroelétrico do rio Xingu - Usina de Belo Monte: análise do estudo do impacto ambiental. In: SANTOS, S. M. B. M.; HERNANDEZ, F. M (Orgs.). **Painel de especialistas: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte**. Belém, 2009. p. 61-69. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf).> Acesso em: 22 jan. 2012.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: fatos e dados**. 2011. Disponível em:

<http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/belomonte/BELO_MONTE_-_Fatos_e_Dados.pdf> Acesso em: 18 jan. 2012.

MONTEIRO, T. D. Complexos hidrelétricos do Tapajós e do Juruena: desenvolvimento ou imposição? In: AMARAL, J. J. O.; LEANDO, E. L (Orgs.). **Amazônia e Cenários indígenas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 83-98. v. 1.

ROSA, L. P. Geração hidrelétrica, termelétrica e nuclear. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 39-58, 2007 [On-line]. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a04v2159.pdf>> Acesso em 20 jan. 2012.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia à Geografia Crítica**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2002.

_____.; BECKER, B (Orgs.). **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PCO. Partido Causa Operária. **A quem interessa a hidrelétrica de Belo Monte**. 2008.

Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/ler_materia.php?mat=6169> Acesso em: 16 jan. 2012.

SEEGER, A. Ladrões, Mitos e História: Karl von den Steinen entre os Suiás – 3 a 6 de setembro de 1884. In: COELHO, V. P (Org.). **Karl von den Steinen: um século da Antropologia do Xingu**. São Paulo: EdUSP, 1993. p. 431-444.

SILVA, A. C. **Geografia e Lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, M. C. As propriedades da cultura no Brasil Central Indígena. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, 2006.

TURNER, T. De Cosmologia a História: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: VIVEROS DE CASTRO, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M. **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/USP, 1993. p. 43-83.

XINGU VIVO. **Missão internacional fará denúncias contra barragens na Amazônia**. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/02/21/missao-internacional-fara-denuncias-contrabarragens-na-amazonia/>> Acesso em: 18 jan. 2012.

Recebido em: 25/02/2014

Aceito em: 18/03/2014